



Osleide Pinheiro de Oliveira

**A importância da restauração para a história e memória:
restauração da carruagem de gala de D. Pedro II**

Monografia

Departamento de História da Pontifícia
Universidade Católica do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro
Dezembro 2019



Osleide Pinheiro de Oliveira

**A importância da restauração para a história e memória: restauração
da carruagem de gala de D. Pedro II**

Monografia

Monografia apresentada ao Departamento de
História da Pontifícia Universidade Católica do
Rio de Janeiro, PUC-Rio, para a obtenção do
título de Bacharel em História

Orientador: Prof. Juçara da Silva Barbosa De Mello

Rio de Janeiro, dezembro de 2019

À minha mãe, Ezilda Pinheiro de Oliveira (*in memoriam*).

Agradecimentos

Ao Pré-vestibular comunitário EDUCAFRO, que me possibilitou o ingresso na PUC-Rio, e ao FESP- Fundo Emergencial de Solidariedade da PUC-RIO, que me possibilitou a permanência no curso.

Resumo

Este trabalho faz uma narrativa historiográfica da execução da restauração da carruagem de gala de D. Pedro II. Hoje em exposição na sala das carruagens, em um prédio anexo ao Museu Imperial de Petrópolis, a berlinda fez parte da monarquia no Brasil e foi uma das suas partes mais visíveis. A pesquisa aborda o período da chegada da família real ao Brasil e os dois reinados dos imperadores – D. Pedro I e D. Pedro II, identificando as residências reais que ajudam a contar parte dessa história. A transformação de um dos palácios, a residência de verão de D. Pedro II, em museu revela a importância da restauração de objetos para a memória cultural de um povo. A carruagem passou por um interessante e educativo processo de restauração, ficando preservada para contar essa história às futuras gerações. Nesse contexto, debate-se a importância da preservação do patrimônio histórico de uma cultura para a sua sobrevivência e os processos educacionais necessários para uma ação consciente.

Palavras-chave

Monarquia brasileira; residências imperiais; Museu Imperial; carruagem cor de cana; patrimônio histórico.

Sumário

1 Introdução	7
2 Monarquia brasileira	9
2.1 A transferência da corte portuguesa para o Brasil	10
2.2 A chegada da família real ao Rio de Janeiro	12
2.3 O 1º Reinado	15
2.4 O 2º Reinado	19
2.5 As residências dos imperadores	21
3 O Palácio Imperial - transição de casa de veraneio a museu	25
3.1 Os palácios residenciais que no Brasil ficaram	25
3.2 Os usos do Palácio Imperial	27
3.3 O Museu Imperial	28
4 A restauração da carruagem de gala de D. Pedro II	31
4.1 Os “patrimônios” do Museu Imperial	31
4.2 O processo de restauração da carruagem	35
4.3 Importância da restauração como patrimônio	38
5 Conclusão	41
6 Referências bibliográficas	43

1 Introdução

Este trabalho pretende analisar a importância da restauração de objetos para a memória cultural de um povo. Época significativa da história brasileira, vamos abordar como a corte portuguesa se instalou no país e os aspectos significativos que ficaram preservados para contar essa história às futuras gerações.

No segundo capítulo, vamos compreender como se instaurou a monarquia no Brasil. A vinda da família real para o Rio de Janeiro implicou mudanças profundas na nova metrópole. Mais do que a transformação do sistema geral político vigente, houve a reconfiguração do império e a criação de um novo pensamento político. A instalação de D. João e sua comitiva no Paço Imperial demonstrou que seria no Rio de Janeiro a reconstrução e continuação da monarquia e império portugueses. Importantes obras e projetos políticos beneficiaram os brasileiros, a começar pela abertura dos portos tão logo a corte instalou-se no Brasil. Outras iniciativas, principalmente culturais, das quais o país era tão carente, foram benefícios adicionais da estada de D. João no Brasil. Com a derrota de Napoleão, D. João acaba voltando a Portugal e deixa no Brasil D. Pedro como príncipe regente. Receosos de que D. Pedro igualmente tivesse que regressar a Portugal, os brasileiros pedem que permaneça aqui e a independência do país acaba sendo efetivada: D. Pedro I é aclamado o Primeiro Imperador do Brasil, rompendo em definitivo a condição de colônia portuguesa. Veremos então, os dois reinados imperiais no Brasil no século XIX. O imperador, após sucessivas crises políticas e financeiras, acaba deixando o país – concluindo de forma breve o primeiro reinado. Depois de um período de regência, assume o trono D. Pedro II, para o segundo reinado, que é longo. O imperador, além dos palácios que já faziam parte da corte – Paço Imperial, Quinta da Boa Vista e a fazenda de Santa Cruz – construiu um palácio de verão em Petrópolis, local com temperaturas mais amenas que aliviavam o sufocante verão carioca. Com o passar do anos, foram se acirrando as disputas políticas e D. Pedro, já com a saúde fragilizada, mais tempo permanecendo no exterior ou na residência de verão do que no Rio de Janeiro, acaba por perder aliados na defesa da instituição imperial e a República é proclamada no país. O imperador e a família seguem exilados, encerrando o período monárquico brasileiro.

Compreendidas as “vindas e idas” da família real portuguesa, veremos como, desse tempo, restaram as residências que ajudam a contar a história dessa época.

No terceiro capítulo, vamos conhecer mais especificamente o Palácio Imperial, em Petrópolis e o processo de sua transformação de casa da família real em museu. Com os donos tendo deixado abruptamente o país, o palácio foi ocupado por duas escolas até que, ao final dos anos 1930, já na época do Estado Novo, é transformado em museu. O medo da lembrança da monarquia que assolou os integrantes dos primeiros governos republicanos já não mais assustava e a proposta de mostrar um período importante da história do país se concretizou com a criação do Museu Imperial, que tinha o objetivo de preservar e expor o patrimônio cultural através de objetos e documentos que representassem a história da Monarquia Brasileira, a história da cidade do Rio de Janeiro e a da cidade de Petrópolis. A formação de seu acervo indica o modo de contar essa história e objetos de grande apelo popular compõem o material exposto. Entre eles, a carruagem de gala do imperador Pedro II, a Berlinda de Aparato, conhecida como “Carruagem cor de cana” por sua pintura.

Analisando o acervo, percebe-se a importância dessa carruagem e, principalmente, do processo de restauração a que foi submetida. O quarto capítulo do trabalho relata este projeto, que resultou em um livro – *Conservação & Restauração – a Berlinda de Aparato do imperador D. Pedro II* – usado em nossa pesquisa, que mostra todo esse processo, e o sucesso que foi ter realizado as intervenções em uma sala de vidro em que o trabalho podia ser acompanhado pelos visitantes do museu. Refletimos, então, sobre a importância do patrimônio público e sua manutenção para a própria preservação da cultura de um povo.

Nas considerações finais sobre o tema abordado, pretendemos mostrar como é importante que se faça da educação um instrumento aliado de “alfabetização cultural”, possibilitando ao indivíduo compreender o mundo em que está inserido, seu universo sociocultural e a trajetória histórico-temporal percorrida (por tantos) para que ele chegasse ao tempo presente.

2 Monarquia brasileira

Na Colônia portuguesa chamada Brasil, no início do século XIX, havia unidade de língua e religião, mas não se pode dizer que houvesse a ideia de uma pátria comum, do mesmo modo como não havia unidade política. Segundo José Murilo de Carvalho, o vice-rei que aqui ficava “tinha controle efetivo apenas sobre algumas capitanias. Os governadores da maioria delas comunicavam-se diretamente com Lisboa” (1993, p.14). Assim, a monarquia brasileira (o estabelecimento de uma governança real) está vinculada à chegada da família real ao Brasil, em 1808. A instalação no Brasil da corte portuguesa sediou a capital de um império em uma colônia, fazendo com que a cidade do Rio de Janeiro tivesse que passar por grandes reformas para “se adaptar à condição de capital do Reino” (Carvalho, 1993, p.16) – a primeira delas a abertura dos portos que incentivava o comércio com os países europeus.

A transferência para o país trouxe, além dos familiares, membros da corte (burocratas e nobres ociosos) que chegavam a mais de 15 mil pessoas – entre eles “comerciantes ingleses e franceses, artistas italianos e naturalistas austríacos vinham junto com os baús. Difícil imaginar choque cultural maior” (Schwarcz, 1998, p.36). Entretanto, a presença da corte no Rio de Janeiro “determinou o seu resultado conservador: a criação de um império e de uma nação sob a égide da própria monarquia portuguesa” (cf. Schultz, 2008, p. 21).

Com a estratégia da transferência da corte, ao mesmo tempo que o príncipe-regente e seus cortesãos comemoravam a salvação da monarquia, passaram a compreender que mudanças mais fundamentais se efetivariam, e “a legitimidade da monarquia e do império teria que ser redefinida de maneiras que levassem em consideração os desenvolvimentos recentes” (Schultz, 2008, p.58). A presença do monarca no Rio de Janeiro produziu algumas mudanças na sociedade local, e o status do país como metrópole promoveu uma reconfiguração do império, com novos discursos econômicos e mesmo políticos. Os residentes faziam avançar agendas próprias e reivindicação de direitos (Schultz, 2008, p. 25-7). Configurava-se enorme transformação do sistema geral político vigente e a reinterpretação das categorias colonial e metropolitana fez instalar um novo pensamento político.

Havia dimensões locais da política monárquica. Nas décadas de 1810 e 1820, as compreensões de monarquia e império “formadas no Rio de Janeiro e depois projetadas além da cidade não foram incorporadas a outros contextos locais.

Com efeito, em 1824, como em 1817 e 1821, as províncias do nordeste se rebelariam contra o governo no Rio, proclamando a sua própria compreensão, frequentemente republicana, do fim do velho sistema colonial. Em todo o Brasil – mesmo entre os partidários do novo “sistema” imperial, monárquico e constitucional – conflitos e divisões vieram à tona. (Schultz, 2008, p.391)

2.1

A transferência da corte portuguesa para o Brasil

Em 1807, a vinda de D. João VI para o Brasil (Rio de Janeiro) foi um acontecimento que não tinha precedente na história dos impérios europeus. Nenhum governante europeu visitara uma colônia, nem tampouco fixara residência em alguma dela. O livro *Versalhes Tropical* da autora americana Kirsten Schultz aborda essa temática, com um estudo pioneiro no que diz respeito a essa transição de D. João e da corte portuguesa para o Brasil, que naquela época era colônia de Portugal.

Segundo a autora, no ano de 1803, o estadista português Rodrigo de Souza Coutinho já havia feito uma avaliação da situação política europeia para D. João. Havia uma guerra em curso entre a França e a Grã-Bretanha e a própria “independência” da monarquia portuguesa estava em jogo (2008, p.37). Por sugestão do próprio Souza Coutinho, se uma guerra fosse devastar Portugal, ele propunha a D. João e seus súditos que pensassem em se restabelecer em outras terras, sugerindo criar um poderoso império no Brasil. E esse novo império serviria como uma base, a partir da qual D. João poderia reconquistar o que pudesse ter perdido na Europa. Essa não era uma ideia nova – havia sido proposta originalmente no século XVI, somente nos anos iniciais do século XIX Coutinho “e outros estadistas portugueses transformaram o ideal de um império americano em realidade” (Schultz, 2008, p.38). De acordo com Schultz (2008), foram muitos os desafios enfrentados por Souza Coutinho, que deveria não apenas revitalizar o império, mas preservá-lo no agora revolucionário mundo atlântico. Essa tarefa seria bastante complicada, devido à notória vulnerabilidade geopolítica de Portugal.

A coroa portuguesa, em meio às crises políticas provocadas pelas guerras revolucionárias na Europa, manteve-se neutra, neutralidade essa que fora conseguida por meio do cultivo de relações com várias monarquias europeias. Um precedente para essa neutralidade, na virada do séc. XIX, fora estabelecido durante a guerra norte-americana de independência, quando a coroa portuguesa não apoiou nem a causa britânica nem a norte-americana (Schultz, 2008, p.54).

No decorrer do séc. XVIII, houve uma série de casamentos entre as realezas portuguesa e espanhola, inclusive o de D. João com a irmã de Fernando VII, Rei da Espanha, Carlota Joaquina, o que também serviu para minimizar potenciais hostilidades na Península Ibérica. Mas a aliança entre Portugal e Espanha, por meio do casamento de D. João com Carlota Joaquina, impossibilitava a aliança entre Portugal e Inglaterra, porque a Espanha era inimiga da Inglaterra (Schultz, 2008, p.54). A coroa portuguesa havia se comprometido a manter sua posição de neutralidade em relação aos conflitos que se acirravam entre os britânicos e os franceses. Entretanto, Napoleão Bonaparte não aceitava essa neutralidade de Portugal e exigia que os portugueses fechassem os acessos de seus portos aos britânicos.

Os portugueses não aceitaram essa imposição e as relações com a Espanha se arruinaram de uma vez por todas. Como uma última tentativa de resolver esse impasse, os conselheiros reais portugueses “fingiram” ceder às exigências de Napoleão, simulando hostilidades contra os britânicos. Contudo, esses esforços diplomáticos intensos foram abandonados de uma vez por todas em novembro de 1807, quando chegaram notícias a Lisboa de que tropas francesas tinham cruzado a fronteira hispano-portuguesa (Schultz, 2008, p.56-7).

É nesse momento que D. João decide partir para o Brasil com a família real e algumas pessoas que faziam parte da nobreza, e que ele havia convidado a acompanhá-lo nesse novo horizonte. Oficialmente, D. João não era ainda rei de Portugal, era príncipe regente. Sua mãe, Maria I, era a rainha e encarregada de tomar as decisões pertinentes ao Império. Entretanto, desde 1799, devido à sua saúde mental fragilizada, a função executiva do reino era ocupada por seu filho mais velho, D. João (Schultz, 2008, p.57).

Assim, ao final de 1807, príncipe regente estabeleceu a regência, aconselhou a não oferecer resistência armada aos franceses e garantiu que Portugal sofreria a sua ausência apenas “Atte a Pas Geral” ser alcançada – conforme decreto que

deixara como direção de governo durante sua ausência para o Rio de Janeiro (cf. Schultz, 2008, nota 50, p.66). Junto com a escolta britânica, ele e seus cortesãos partem rumo ao Rio de Janeiro, a capital vice-real brasileira. Alguns familiares de D. João vieram acompanhando-o nessa viagem, além da mãe, D. Maria I, a rainha louca (Carvalho, 1993, p.14): a princesa Carlota Joaquina e seus 8 (oito) filhos – Pedro, futuro imperador, então com oito anos, Miguel, com seis anos, a adolescente Maria Teresa e suas irmãs Maria Isabel, com dez anos, e Maria Francisca, com sete, Isabel Maria, com seis e Maria da Assunção, com dois anos; a rainha de Portugal D. Maria I, que tinha de 73 anos (era considerada insana), a cunhada de D. João, Maria Benedita, com 61 anos, e sua tia Maria Ana, com 71 anos, completavam o grupo, além de um contingente enorme de súditos, entre conselheiros e damas de companhia.

No total, pelo menos 15 mil pessoas transferiram-se de Portugal para o Rio de Janeiro no período. Para melhor medir a força desse empuxo burocrático, convém lembrar que em 1800, quando a capital dos Estados Unidos mudou-se da Filadélfia para a recém-construída Washington, o contingente de funcionários do governo federal americano não excedia o milhar, contando-se desde o presidente John Adams aos cocheiros do serviço postal. (Alencastro, 1997, p.12)

D. João e seus conselheiros faziam dessa transferência da corte para o Brasil uma avaliação positiva das possibilidades de reorganizar o espaço imperial e redefinir a identidade do Império. E essa renovação imperial dependia da percepção do Brasil como parte essencial e central dos domínios da monarquia, que poderia transformar-se num grande império de riqueza e utilidade comercial (Schultz, 2008, p.58). Ou seja: a ideia que se queria passar era a de que a monarquia e o império portugueses não só estavam protegidos e salvos, mas que também tinham expandido seus horizontes na continuação daquele território – os domínios que Portugal tinha além-mar.

2.2

A chegada da família real ao Rio de Janeiro

Após dois meses no mar – a saída de Portugal aconteceu ao final de 1807 –, já em 1808, com uma parada na capital da Bahia, o Príncipe Regente D. João e seu comboio adentraram a Baía de Guanabara. Foram surpreendidos com uma beleza natural e atípica a que estavam acostumados a ver em Portugal. Ao passar pela

estreita entrada entre duas colinas, a baía ampliou-se ao ponto de parecer “um vasto largo”, com as praias brancas e águas azuis transparentes aos seus pés (Schultz, 2008, p.71).

Com a aproximação dos barcos, os passageiros puderam distinguir a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, nascida ali entre as montanhas rochosas e vegetação exuberante. Os limites da cidade acompanhavam de perto as curvas da faixa litorânea, com construções que se estendiam até as montanhas (Schultz, 2008, p.71). Foi nesse cenário um tanto quanto surpreendente que o Príncipe e seus cortesãos empreenderiam tornar as suas visões de salvação política e renovação imperial em realidade.

Alguns desses que acompanhavam D. João já haviam estado no Brasil, mas a maior parte desses exilados pouco sabiam sobre o Rio de Janeiro, além da percepção geral de que a vida nas colônias era inferior. Ao desembarcarem no Rio de Janeiro, estabeleceram na Colônia dois grupos de pessoas: os exilados portugueses e a elite dos residentes da cidade. Os que acompanhavam o Rei eram membros da nobreza portuguesa, conselheiros reais, confessores e criados. Já a elite da cidade, por sua vez, era diversa: clérigos, funcionários do governo, negociantes e proprietários de terra. Alguns promoviam grandes jantares, como faziam os que eram nascidos no Rio, e outros que fizeram da cidade a sua residência a longo prazo (Schultz, 2008, p.72).

Apesarem de servirem ao mesmo Rei, havia divergências de pensamentos entre eles; os exilados tinham enfrentado uma separação trágica, era forte a sensação de perda que a sua partida da Europa criara, estranhavam a vida no Rio de Janeiro. Já os residentes estavam felizes com a transferência da corte, como o começo de novos tempos e prosperidade também. Essas diferenças eram às vezes expressas como produto de identidades políticas (consideravam-se uns “vassalos portugueses”, outros “vassalos americanos”); mas ambos procuravam respostas aos questionamentos quanto ao futuro da monarquia e do império português (Schultz, 2008, p.109-110).

Havia um clima de hostilidades entre os que acompanhavam o D. João, que vinham com seus costumes e ideias europeizadas, e aqueles residentes no Rio de Janeiro, já com seu modo de viver pré-estabelecido na Colônia. Mas um pensamento em comum unia esses grupos, é que no Rio de Janeiro se daria a reconstrução e continuação da monarquia e império portugueses.

Com a chegada de D. João e sua permanência aqui, viu-se a necessidade de construção de uma nova corte real. A coroa começou a promover grandes jantares, como fazia em Maфра. Isso fez com que solicitasse o envio de músicos e do restante da biblioteca real. Com a derrota de Napoleão, muitos artistas acabaram aceitando o convite para missões artísticas no Brasil. Vieram pintores, arquitetos que deixaram marcada sua passagem pelo país (Carvalho, 1993, p.16). A Capela Real foi dourada e foram construídos tanto o Teatro Real, como o Teatro Lírico, privado, para a Princesa Regente. Os cortesãos construíram casas e propriedades rurais, edifícios públicos. Novas academias reais – a da Marinha em 1808 e a Militar, em 1810 –, uma escola de medicina, a biblioteca real, um arquivo militar, e a expansão das “aulas regias” criaram precedentes para a educação e a formação de profissionais na cidade (Ellis et al., 1995, p.367-368). O Rio de Janeiro “civilizava-se”, mas com os padrões estéticos europeus da época (Schultz, 2008, p.156-159). A transformação do Rio em corte real era inspirada principalmente num reformismo urbano – era preciso “decretar” o fim do antigo sistema colonial e anunciar uma nova corte metropolitana civilizada (Schultz, 2008, p.181).

A vinda de D. João e da corte portuguesa promoveu a abertura dos portos e, conseqüentemente, a ampliação do número de pessoas que passaram a circular pela cidade, implicando também em preocupação no sentido de garantir a segurança e a tranquilidade na cidade. Foi nessa época que foi criada a instituição encarregada de supervisionar a vida pública da cidade e da corte em geral, a Intendência Geral da Polícia, organizada pouco depois da chegada do Príncipe Regente, copiando o mesmo modelo que havia em Lisboa em 1760 (Schultz, 2008, p.158). Os desafios de tornar o Rio de Janeiro a nova corte do Brasil e a continuação da monarquia de Portugal exigiam mudanças severas sob vários aspectos: mudar antigos costumes de “colônia”, inadmissíveis, como hospitais mal administrados, as maneiras, os vícios, dialetos e hábitos provincianos, principalmente a escravidão, cuja prática já havia sido abolida pelos decretos de 1761 e 1773 que garantiam a liberdade dos escravos em Portugal. (Schultz, 2008, p.182). Havia uma metrópole que era mal administrada e sem uma elite que pudesse se opor à péssima administração do país. As medidas mais modernas, praticadas na Europa, não eram contempladas pela elite local intelectual nem faziam parte da bagagem portuguesa trazida com a comitiva real (Ellis et al., 1995, p.366).

Em 1816, um acontecimento mexeu com a corte do Rio de Janeiro, o falecimento da mãe de D. João, a Rainha D. Maria I em 1816. Isso ocasionou, em 1818, a aclamação e sucessão de seu filho D. João VI a Rei de Portugal, Brasil e Algarves.

Por outro lado, em Portugal, com o fim da ocupação de Napoleão Bonaparte, também em 1818 começa a acontecer um movimento para a volta de D. João VI a Portugal. Na época, um grupo de proprietários de terra, negociantes, militares de baixo escalão, magistrados, clérigos e alguns membros da nobreza no Porto, em Portugal reclamava a volta do Rei a Lisboa (foi quando aconteceu a Revolução do Porto). Esse mesmo grupo estava lutando por uma regeneração da nação portuguesa através de uma convocação das cortes, uma reunião dos três estados (clero, nobreza e povo) para a tarefa deliberativa de escrever uma nova Constituição (Carvalho, 1993, p.16-17). O Rei D. João VI, deveria obedecer a essa nova Constituição que por sua vez, o poder real restringiria o papel do executor. A nação e não a Coroa seria soberana.

Diante desses acontecimentos em Portugal, a Coroa já havia tornado pública a sua decisão que, de acordo com as exigências dos constitucionalistas em Portugal, D. João VI iria retornar à Europa (Portugal) deixando D. Pedro, seu sucessor, encarregado do Governo Provisório do Reino do Brasil, enquanto nele não estivesse estabelecida a Constituição Geral da Nação (Schultz, 2008, p.348-349). Sendo assim, em 1821, D. João VI, a família real e cortesãos, que foram convocados, subiram a bordo de um comboio de navios ancorados no porto do Rio de Janeiro, e partiram rumo à Europa, tendo Portugal como destino final.

2.3

O 1º Reinado

D. João VI deixa no Brasil D. Pedro I, seu herdeiro e o novo príncipe regente da Coroa, com o compromisso de defender e zelar pela futura Constituição e respeitar a autoridade das cortes de Lisboa, a qual o Brasil estaria diretamente subordinado (Schultz, 2008, p.388).

Quando D. Pedro completou 18 anos, D. João VI e o Imperador Francisco I, da Áustria, entram em acordo para o casamento de seus filhos, Maria Leopoldina e

Pedro de Alcântara. Para ambos era uma aliança estratégica entre as monarquias de Portugal e Áustria.

A cerimônia do casamento foi realizada em Viena, no dia 13 de maio de 1817, por procuração, na Igreja de Santo Agostinho, e em 6 de novembro de 1817 a cerimônia acontece no Rio de Janeiro (Schultz, 2008, p.226).

O Rio de Janeiro teve suas ruas decoradas para os festejos da chegada da arquiduquesa da Áustria, Maria Leopoldina Josefa Carolina de Habsburgo, filha do Imperador Francisco I da Áustria (e II da Alemanha), e de Maria Teresa Carolina de Bourbon, que se casa com D. Pedro I na Capela Real. D. Pedro e D. Maria Leopoldina tiveram oito filhos: D. Maria da Glória (1819-1853), que mais tarde viria a ser Rainha de Portugal, D. Miguel (1820-1820), D. João Carlos (1821-1822), D. Januária (1822-1901), D. Paula (1823-1833), D. Francisca (1824-1898) e D. Pedro II (1825-1891) (Calmon, 1950, p.49).

Ao mesmo tempo em que D. Pedro I prometia defender a futura Constituição e as Cortes, que parecia favorecer os residentes do Rio de Janeiro de governo Constitucional, como garantia de direitos e liberdades conquistadas desde 1808, existia também a possibilidade de seu retorno a Portugal. Se isso acontecesse, o Rio de Janeiro seria despojado do seu status de corte, tornando-se, em vez disso, uma das muitas capitais provinciais, ameaçando dessa maneira o exercício de direitos políticos e o futuro do intercâmbio econômico do país (Schultz, 2008, p.389).

Diante dessa ameaça, os residentes da corte do Novo Mundo fizeram várias petições, nas quais reuniram mais de oito mil assinaturas. Também usavam a recém-conquistada liberdade de imprensa para questionar as ameaças à sua soberania, às propriedades e manifestar sua insatisfação contra o regime colonial.

Por outro lado, D. João VI, ao saber que D. Pedro estava sendo pressionado – os pedidos e petições provocaram enorme comoção nacional – pede que o filho retorne imediatamente a Portugal. D. João VI ordenou a um militar que servia a Coroa, Avilez, que prendesse D. Pedro à saída do teatro, junto com D. Leopoldina e dois filhos para embarcá-los na fragata União, obrigando-o a sair do País. Entretanto, D. Pedro foi avisado, Avilez foi para o largo do Moura e para o Morro do Castelo, mas foi barrado pela população e pela tropa que defendia o governo, não conseguindo efetuar o pretendido por D. João (Grimberg; Salles, 2009, p.129).

Os aristocratas brasileiros uniram-se com o intuito de mobilizar forças que preservassem seus interesses de ordem econômica, exigindo a permanência de Dom

Pedro no Brasil. Essa manifestação foi uma resposta ao pedido formal das cortes portuguesas que reivindicavam o retorno do príncipe regente para Portugal. Percebendo a necessidade do controle político sobre o território brasileiro, Dom Pedro I, em 9 de janeiro de 1822, envia ao Senado da Câmara a carta (representação) dizendo ao povo que ele decide permanecer no Brasil: “Diga ao povo que fico”, declarando sua fidelidade aos brasileiros no que ficou conhecido como Dia do Fico.

Como a presença de D. Pedro I no Brasil era incompatível com a reivindicação, das cortes de Lisboa, de soberania sobre o Brasil, revela-se que as cortes estavam propensas a sustentar pela força essa soberania pretendida. No Rio de Janeiro continuam as campanhas locais em prol da autonomia, com petições, cartazes, encontros e manifestações públicas (Grimberg; Salles, 2009, p.141).

Com o começo da década de 1820, o constitucionalismo ofereceu uma resolução para as tensões, garantindo direitos e liberdades políticas e econômicas (que os portugueses em Portugal percebiam como perdidos e os portugueses no Brasil afirmavam terem adquirido) através de representação e soberania nacional. (Schultz, 2008, p.388)

Um ano e meio depois de se despedir do seu pai, o Príncipe Regente D. Pedro I comprometeu-se a garantir a independência do Brasil da sua terra nativa, Portugal. (Schultz, 2008, p.389). D. Leopoldina, que já tinha manifestado a sua simpatia pelo movimento da independência, compartilhou essa decisão do marido. Isso abalou a corte portuguesa, que em pouco tempo enviou uma carta ameaçando fazer uma série de retaliações caso este fato se consumasse.

D. Pedro estava de viagem a São Paulo para acabar com um conflito e temia pelas retaliações que Portugal estava ameaçando. D. Leopoldina era, naquele momento, a chefe do Conselho de Estado e Princesa Interina do Brasil (D. Pedro entregara o poder a ela no dia 13 de agosto de 1822) e é ela quem assina o ato da independência, separando o Brasil de Portugal, sob a orientação de José Bonifácio de Andrade e Silva. Após a assinatura do decreto, ela envia uma carta a D. Pedro para que ele proclamasse a independência do Brasil (Grimberg; Salles, 2009, p.160). O papel chegou a ele no dia 7 de setembro de 1822. Tão logo recebeu a mensagem, durante uma viagem entre Santos e a capital paulista, D. Pedro I, às margens do Riacho do Ipiranga declarou a conhecida frase: “Independência ou Morte”, consumando a separação do país de Portugal (Costa, 1999, p.49).

A partir desse momento, D. Pedro I é aclamado o Primeiro Imperador do Brasil, rompendo em definitivo a condição de colônia portuguesa. A aclamação de D. Pedro como imperador foi em 12 de outubro de 1822 e sua coroação aconteceu em 1 de dezembro de 1822, na Capela do Paço Imperial (Grimberg; Salles, 2009, p.164-166).

O período pós independência foi marcado por conflitos em todo o país. Ao final de 1822, Minas Gerais e as províncias do Sul já tinham se manifestado favoráveis à independência do Brasil, através dos ofícios e proclamações enviados pelas câmaras municipais, quando o povo do Rio de Janeiro realizou consulta sobre a aclamação do Príncipe D. Pedro como Imperador do Brasil. Mato Grosso se pronunciou em janeiro de 1823, seguido por Rio Grande do Norte, Alagoas e Sergipe. As quatro províncias do Norte: Pará, Maranhão, Piauí e Ceará e parte da Bahia, permaneceram fiéis às cortes de Lisboa (Carvalho, 1993, p.18-20).

Mas as oposições internas foram aumentando e entre maio e novembro de 1823 D. Pedro convocou a Assembleia Constituinte, formada por grandes proprietários de terra, comerciantes, magistrados, bacharéis e militares que iriam redigir a nova Constituição brasileira. Houve conflitos políticos, posicionando de um lado uma elite liberal e de outro uma mais conservadora. Atento a toda essa confusão e receoso de ter seu poder enfraquecido, D. Pedro resolve dissolver a Assembleia Constituinte, prendendo e expulsando alguns políticos que tinham ou se mostraram contrário as suas ideias. Um desses acusados foi José Bonifácio de Andrada e Silva (Daibert, 2010).

O imperador nomeou então um grupo de dez pessoas para redigir a Constituição, que foi outorgada (imposta) no ano de 1824. A primeira Constituição brasileira estipulava que o país era uma monarquia hereditária, a religião oficial era a católica, o voto era censitário, ou seja, somente uma elite financeira poderia votar e o principal poder seria o Moderador, exercido pelo Monarca (Carvalho, 1993, p.25). Todas essas imposições feitas por D. Pedro I só serviram para desgastar a sua imagem, perante a sociedade, já que grande parte da população era composta por classe média, pobres, mestiços e escravos, que permanecia marginalizada, politicamente, socialmente e economicamente com a nova carta constituinte (Daibert, 2010).

O país passou por intensas crises financeiras, o Banco do Brasil decretou falência em 1829. Resultados de uma constituição que só beneficiava o monarca,

promovia divergências entre o governo central e as províncias, além de mortes e grande número de pessoas presas. A imprensa brasileira publicava duras críticas ao Imperador. Diante de todos esses acontecimentos, no final de 1830 e durante 1831, já não era possível conter a aproximação entre o Parlamento e o povo nas ruas. As manifestações contrárias ao governo unificaram-se e o imperador não mais representava as aspirações de autonomia propostas em 1822. Com isso, D. Pedro I, desgastado, não resiste a toda pressão e abdica do trono em 1831, em favor de seu filho Pedro de Alcântara – que tinha na época 5 anos de idade –, uma vez que a monarquia era hereditária. Dom Pedro vai para Portugal, deixa o filho no Brasil e morre de tuberculose em 1834, aos 36 anos de idade.

2.4 **O 2º Reinado**

D. Pedro II era órfão de mãe, a Imperatriz Leopoldina falecera antes de ele completar 2 anos de idade. Seu pai, Pedro I, que o deixara no Brasil em 1831, morre quando ele tinha 9 anos de idade. Teve como tutor José Bonifácio de Andrade e Silva, mais tarde substituído por Manuel Inácio de Andrade, em 1833 (Schwarcz, 1998, p.57-59).

Esse foi um período em que o país ficou sob o comando das Regências. Tempo bastante conturbado, com rebeliões estourando em diversos pontos do país e divergências políticas entre os partidos políticos da época, durante nove anos. D. Pedro II era uma imagem manipulada de forma cuidadosa pelas elites locais, segundo a historiadora Lília Schwarcz (1998, p.57). A ascensão ao trono estava prevista para 1843, quando completasse 18 anos. Mas em uma manobra política – até os governistas eram favoráveis ao fim da regência –, a Assembleia Geral (o parlamento brasileiro) promoveu sua maioria em julho de 1840, aos 14 anos, em que o Imperador não só materializava seu Império, como garantia a unidade e a continuidade dele (Schwarcz, 1998, p.68).

O ritual de sagração e consagração do imperador, em 18 de julho de 1841, foi uma festa monumental – sem ares de modernidade, revelou-se uma cópia dos requintados rituais da monarquia europeia (Schwarcz, 1998, p.73). Para essa ocasião, foi mandado fazer uma carruagem que estivesse à altura de Sua Majestade o Imperador, confeccionada pela Empresa Inglesa Pearce & Countz, que era fornecedora da Casa Real Inglesa, responsável por confeccionar as carruagens da

realeza europeia, que era a mais linda e mais moderna. Segundo Lilia Schwarcz, o ritual da coroação teria sido premeditadamente canalizado para associar a figura do imperador menino à construção de uma identidade de civismo e nacionalismo (Schwarcz, 1998, p.74-79).

Ao se aproximar a data do imperador completar dezoito anos, em 1842, foi enviado à Europa Bento Silva Lisboa, um alto funcionário da corte, para dar início às negociações do matrimônio. A noiva foi encontrada, era Tereza Cristina Maria, princesa das Duas Sicílias. O casamento foi realizado por procuração em Nápoles em 30 de maio de 1843 e a futura Imperatriz do Brasil chegou ao Rio em Janeiro em 3 de setembro de 1843 (Marchesini, 2013, p.29). Ela e o imperador tiveram 4 filhos, dois meninos e duas meninas, sendo que os filhos homens morreram bebês. Uma das filhas se chamava Isabel, que nasceu em 1846, e a outra Leopoldina, em 1847. (Carvalho, 2007, p.52)

No início da década de 1850, Pedro II já havia amadurecido (tanto física quanto mentalmente). À medida em que foi exercendo sua autoridade como monarca, novas habilidades sociais e sua dedicação ao governo moldaram uma imagem pública de eficiência (Carvalho, 2007, p.10). Internacionalmente, os europeus percebem o país de forma tranquila: ideais liberais familiares, com liberdade de imprensa e respeito constitucional às liberdades civis. A monarquia parlamentarista representativa brasileira contrastava com a mistura de ditaduras e instabilidade política dos outros países da América do Sul (Calmon, 1975, p.187) Nesse período, o Brasil gozava de estabilidade interna e de prosperidade econômica, seu imperador não era uma figura ornamental, como os monarcas da Grã-Bretanha e nem um autocrata como os czares russos. Exercia o poder através da cooperação com políticos eleitos, com setores econômicos e apoio popular (Schwarcz, 1998, p.102-103). A presença ativa de Pedro II na cena política era parte importante da estrutura do governo, que também incluía o gabinete de ministros e a Assembleia Geral.

Até os anos 1870, toda a vida cultural girava em torno da corte, mas a partir dos anos 80, novos grupos se formam, desassociando o costume de reportar-se em torno da família Imperial (Schwarcz, 1998, p.413). A corte já não era a mesma, D. Pedro já não valorizava os ritos e festas da realeza, tão caros à sociedade local. Ademais, com a saúde fragilizada, mantinha-se fora do país por longos períodos. Havia muito descontentamento, principalmente de partidos que faziam oposição a

D. Pedro II, a nova geração não via razão para manter e defender a instituição imperial como força benéfica unificadora para a nação. Mas era do exército que partiam as manifestações de maior descontentamentos, ali estavam os maiores defensores do positivismo e era onde se difundia a ideia da República, tendo no comando o Marechal Deodoro da Fonseca.

As pressões e os acontecimentos acabam precipitando a liderança dos setores do exército no movimento em favor da República. Os republicanos realizaram um golpe de Estado em 15 de novembro de 1889 e instituíram uma república, e as poucas pessoas presentes sequer perceberam que se tratava de um golpe

Durante todo o processo Pedro II não demonstrou qualquer emoção, como se não se importasse com o desenlace, Ele rejeitou todas as sugestões para debelar a rebelião feitas por políticos e militares. Quando soube da notícia de sua deposição, simplesmente comentou: “Se assim é, será minha aposentadoria. Trabalhei demais e estou cansado. Agora vou descansar” (Carvalho, 2007, p.217-219). A Família Imperial partiu para o exílio na Europa no dia 17 de novembro. Banida por decreto em 21 de dezembro de 1889, somente foi permitida a presença de toda a família imperial no país novamente em 3 de setembro de 1920, com o decreto de número 4120. Tarde demais, em dezembro de 1889 a Imperatriz Teresa Cristina faleceu de um ataque cardíaco no Grande Hotel do Porto em Portugal, e em 5 de dezembro de 1891 D. Pedro II morreu de pneumonia, aos 66 anos de idade, no hotel Bedford em Paris (Schwarcz, 1998, p.480, 499).

2.5 As residências dos imperadores

A casa de um nobre constitui um distintivo de classe e seu aspecto exterior é sempre símbolo de sua posição, importância e hierarquia. Do mesmo modo, a residência do imperador, que é exclusivamente denominada de palácio. No Brasil imperial,

Os palácios do imperador eram administrados pela Casa Imperial, que, como instituição bem estruturada, compunha-se de repartições diversas, subordinadas à mordomia-mor. (...) O dinheiro para a sustentação dos palácios e da família imperial vinha do Tesouro Público sob a denominação de “dotação” (...) Ainda na carta da Lei [a Constituição] os palácios e terrenos que D. Pedro I possuía (...) ficariam pertencendo a seus sucessores, e a nação cuidaria das aquisições e construções que

julgasse convenientes para a decência e recreio do imperador e sua família. (Schwarcz, 1998, p.207-208)

Quando o príncipe regente D. João chegou ao Brasil, foi preciso acomodar todo o pessoal recém-chegado, um problema difícil de resolver dadas as acanhadas proporções da cidade. Não havia casas dignas que satisfizessem o alto padrão de vida da nobreza, principalmente da própria família real, que ficou instalada no Palácio dos Vice-reis – o Paço Imperial –, um grande casarão localizado em frente ao cais. Sem maior conforto, em nada se assemelhava aos palácios portugueses. Mesmo grande, não foi suficiente para acomodar todos. Os edifícios vizinhos, como o Convento do Carmo, a Casa da Câmara e a cadeia foram requisitados. Para atender aos outros nobres e instalar novas repartições públicas inúmeras residências menores foram desapropriadas às pressas, muitas vezes despejando-se arbitrariamente seus proprietários.

O Paço Imperial – chamado na época do império de Paço Real – foi a primeira residência da Família Imperial do Brasil, entre 1808 a 1822. Os cômodos voltados para o mar e para a praça constituíam a parte nobre do prédio, como a Sala do Trono, onde aconteciam as audiências reais. Na parte da frente e no centro da fachada voltada para a praça, alojavam-se os membros da Família Real. O Paço Imperial foi palco de grandes acontecimentos, como o Dia do Fico, em 9 de janeiro de 1822, a coroação de D. João VI, em 1818, e a chegada de D. Leopoldina para o casamento com D. Pedro, em 1817.

Apesar das reformas, o palácio ainda era considerado desconfortável para a família real, que, a despeito dos esforços do vice-rei Marcos de Noronha e Brito e de Joaquim José de Azevedo, ainda estava mal instalada (Heizer, 1994, p.18). Foi o comerciante Elias Antônio Lopes que ofereceu a D. João, em 1820, sua casa de campo na Quinta da Boa Vista, uma propriedade situada fora do centro da cidade, em São Cristóvão. O palacete suntuoso, com excelente localização, imediatamente caiu no agrado do príncipe. Depois de várias reformas e ampliações, o palacete se transformaria no Paço de São Cristóvão. Entretanto, Dona Carlota Joaquina preferiu ficar em uma chácara na praia de Botafogo, continuando seu hábito de viver apartada do marido (Pedreira; Costa, 2008, p.214-216).

Com a partida do rei português e a declaração da independência, em 1822, “o Paço Imperial continuou a representar o núcleo do poder político do novo Estado em formação” (Schwarcz, 1998, p.210). D. Pedro I morava na Quinta da Boa Vista

junto com o pai, mas a sede administrativa do Império continuou sendo o Paço Imperial.

A cidade de Petrópolis, está localizada na região serrana do Rio de Janeiro, e sua história remete ao início do séc. XVIII, com a abertura dos caminhos para as Minas Gerais, onde haviam sido descobertas as minas de ouro. Dentre as várias fazendas que ali se formaram, havia uma que se destacava pela sua localização privilegiada junto ao Caminho Mineiro, ela pertencia a um padre que se chamava Antonio Tomás de Aquino Correia, mas conhecido como Padre Correia, que a havia herdado de seus pais Correa-Goulão no ano de 1802. (Daibert, 2010, p.18-19).

Em 1822, Dom Pedro I viajando em direção a Vila Rica, Minas Gerais, para buscar apoio ao movimento da Independência do Brasil, encantou-se com a Mata Atlântica e o clima ameno da região serrana. Hospedou-se na Fazenda do Padre Correia e chegou a fazer uma oferta para comprá-la. Diante da recusa da proprietária, Dom Pedro comprou a Fazenda do Córrego Seco, em 1830, por 20 contos de réis. Ali receberia seus amigos que vinham da Europa, e poderia fugir do calor da região do Palácio da Quinta da Boa Vista (Daibert, 2010, p.20).

No 2º reinado, depois que D. Pedro I deixou o Rio de Janeiro, D. Pedro II continuou residindo no Palácio de São Cristóvão. Além dessa residência e a do centro do Rio, o Paço da Cidade, que se mantinha como a sede administrativa da cidade, local de despachos, de recepções oficiais e dos acontecimentos protocolares, havia a fazenda de Santa Cruz, mais afastada do centro, propriedade que pertencera aos jesuítas – antes de terem seus bens confiscados pelo marquês de Pombal (Schwarcz, 1998, p.222).

É certo que não se tratava exatamente de um palácio (...) ocupava uma área imensa, cujo traçado ia das ilhas de Guaraqueçaba e de Itinguçu à serra de Mata-Cães em Vassouras, de onde se avistavam infindáveis campos banhados pelo rio Guandu e afluentes; fazia limites ainda com Guaratiba, Marapicu e Mangaratiba. (Schwarcz, 1998, p.222)

Mas foi no alto da Serra dos Órgãos, a mais ou menos 67 km do Rio, que D. Pedro II, construiu um novo Palácio de veraneio, com recursos próprios nas terras que herdou do pai D. Pedro I, a Fazenda do Córrego Seco, fundando uma cidade à sua imagem e semelhança – Petrópolis (criada como distrito em 1844). Ali D. Pedro II passou os melhores momentos de sua vida, em mais de 40 verões (Schwarcz, 1998, p.228-238).

Sempre que a família real lá chegava, a cidade a esperava em festa. O município encarregava-se dos preparativos (...) convocava a população para participar das festas em homenagem à chegada do imperador: bandas de música, casas enfeitadas, luminárias, fogos de artifício. Antes da construção da estrada de ferro, as carruagens eram guardadas já no alto da serra, e na entrada de Petrópolis o imperador recebia a chave da cidade. (Schwarcz, 1998, p.242)

A construção do Palácio Imperial, iniciada em 1847, foi feita por alas – o futuro habitante tinha pressa na construção de sua residência de veraneio, o que o levou a instalar-se no palácio antes que estivesse concluído. O “verão imperial” transformava-se, assim, em mais longo do que o normal – estendia-se de novembro ao final de maio (O Museu Imperial, 1992, p.11-18). A construção ficou praticamente pronta em 1856, a arquitetura externa era projeto de Koeler e Bonini, a parte interna de Araújo Porto Alegre, Guilhobel e Rebelo. Os parques e os jardins foram executados pelo francês João Batista Binot (Schwarcz, 1998, p.236).

Sólida construção, esteios de madeira de lei; o saguão de entrada impressionava com seu piso preto e branco em mármore belga e de Carrara, tendo ao fundo duas colunas gregas. Madeiras, as melhores da terra, nos assoalhos desenhados, portas, esquadrias, janelas: cedro, jacarandá, peroba, pau-cetim e pequiá-rosa. Ferragens de qualidade. Tetos de estuque elaborados, ricos em motivos e símbolos; aí Porto Alegre (...) fez a festa: entre os modelos clássicos europeus e os símbolos da família imperial (coroa, iniciais dos imperadores, dragões dos Bragança), aparecem abacaxis, cajú, pitangas, araçás, goiabas. No quarto do casal, papoulas – a famosa “dormideira”, para inspirar o sono de Suas Majestades. (Sodré apud (Schwarcz, 1998, p. 236)

Quando deixou este Palácio para atender os acontecimentos de 15 de novembro, provavelmente tivesse a esperança de voltar, mas partiu para o exílio com a família no dia seguinte.

Foram esses os cenários da realeza local. Os palácios se mostraram parte fundamental do processo de construção da figura pública da monarquia que no Brasil se instalara. Segundo Schwarcz, “devem ser, dessa forma, ‘memoráveis’; assim como tudo o que cerca o[s] imperador[es] e que cuida de sua ‘memória’: sua vida, sua morada, sua literatura e seus rituais” (1998, p. 245).

3

O Palácio Imperial - transição de casa de veraneio a museu

3.1

Os palácios residenciais que no Brasil ficaram

Com a proclamação da República, e o exílio da família imperial na Europa, existia uma preocupação dos republicanos em relação aos bens deixados e mesmo montante em dinheiro, aqui no Brasil. Havia também o intuito de fazer desaparecer os símbolos que remetiam à Monarquia e ao ex-Imperador.

O Largo do Paço passou a ser Quinze de Novembro; a Estrada de Ferro Pedro II, Central do Brasil; o Colégio Pedro II, Colégio Nacional; o Cemitério de São João Batista, Sul-Colombiano; o vistoso conjunto de residências Vila Ouro Preto foi batizado com o nome de Vila Rui Barbosa. (...) Em Petrópolis, o mesmo fenômeno ocorria: a Rua do Imperador virava Quinze de Novembro; a da Imperatriz, Sete de Setembro; a rua Bourbon tornou-se Cruzeiro. (...) Neste embate, que era também simbólico, nada poderia lembrar, nem sequer enaltecer, o regime destituído. (Schwarcz, 1998, p.471)

Com isso, os bens da família imperial que estavam nos Paços da Cidade, São Cristóvão, de Santa Cruz e de Petrópolis, foram oferecidos a venda através de dezoito leilões realizados de agosto a dezembro de 1890, pelo leiloeiro Joaquim Dias dos Santos – de acordo com o próprio leiloeiro, algumas avaliações não eram compatíveis com os valores reais das peças.

As berlindas (carruagens) não receberam nenhum lance, por serem consideradas incompatíveis com os novos tempos republicanos. O que foi considerado propriedade privada do Imperador ficou fora dos leilões – as propriedades e os terrenos eram do Estado, mas todas as benfeitorias, “assim como móveis e utensílios, a numerosa frota de coches, tálburis, vitórias, caleças, carruagens e ainda os animais” (Schwarcz, 1998, p.485). Muitos dos objetos foram encaixotados, amontoados, e trancados dentro de um dos salões do Palácio, no total de aproximadamente quinze toneladas, que foram posteriormente enviados para o Castelo do Conde D’Eu na França. Também muita coisa havia sumido, mas há a relação de 2345 lotes de bens do Paço da Cidade, demonstrando o que era o ambiente do palácio (Schwarcz, 1998, p.485).

Os leilões inevitavelmente ocorriam sob um clima tenso entre o novo governo e os representantes do ex-Imperador, pois havia uma certa urgência na desocupação do Palácio, já que ele seria utilizado para a instalação das sessões da Assembleia Constituinte.

O governo republicano investiu com vigor para fazer desaparecer rapidamente, ou reformular, os mais representativos símbolos materiais da monarquia. Nos leilões realizados em 1890, pulverizaram-se os milhares de objetos e móveis reunidos desde o tempo de D. João; a casa do imperador foi transformada em abrigo para o mais soberano dos atos políticos: a realização da Assembleia Constituinte, a primeira da nova República. (Schwarcz, 1998, p.486)

O mesmo não se podia dizer do Palácio de Veraneio em Petrópolis, construído com recursos próprios do Imperador. Tão logo as autoridades de Petrópolis tomaram conhecimento do banimento da família para o exílio, no intuito de resguardar todos os bens que o imperador tinha em seu Palácio de Veraneio, foi feita uma lista dos pertences, e as chaves foram entregues ao Superintendente da Fazenda Imperial (O Museu Imperial, 1992, p.20).

As berlindas que haviam sido desprezadas nos leilões, incluindo a carruagem de gala, foram levadas para o palacete de Joaquim Antonio de Araújo e Silva (Visconde de Silva), esquina da Praia de Botafogo com a atual rua Marquês de Abrantes. Lá ficaram por mais de uma década, até que o irmão do visconde, que havia falecido, solicitou providências para sua remoção, preocupado com sua conservação (Conservação & Restauração, 2013, p.36-7), e mais provavelmente interessado em ver-se livre das viaturas que atravancavam suas cocheiras.

É impressionante a indiferença que estas peças – tão preciosas pela sua raridade e importância históricas – foram encaradas no início do século XX. Isso se torna mais compreensível se ponderarmos que a única instituição museológica existente, o Museu Nacional, era eminentemente científico, e que somente em 1922 foi criado o Museu Histórico Nacional, na onda do nacionalismo saudosista que permeou o Centenário da Independência, e, quase duas décadas depois, em 1940, o Museu Imperial. (Conservação & Restauração, 2013, p.37)

Diante do descaso das autoridades brasileiras, em 1906 foi a família imperial que resolveu a situação. O procurador Guilherme Carlos Lassance, que representava os interesses da família no Brasil, resolve esse embaraço junto à princesa Isabel e seu marido, ainda no exílio na França. Nesse mesmo ano, articula a transferência da Berlinda de Aparato, o “Carro Cor de Cana”, para o Castelo do

Conde D'Eu, a 3 km do porto de Le Tréport, próximo a Diéppe, cidade portuária do Baixo Sena, onde residia com a Princesa Isabel e seus filhos. Ao que tudo indica, ficou por lá esquecida e “somente na década de 1940 voltou-se a discutir sobre sua existência e seu retorno ao Brasil” (Conservação & Restauração, 2013, 1992, p.40). Sobrevivendo à ocupação alemã durante a Segunda Guerra, a peça foi doada ao Museu pela família imperial ao final da década de 1940 (Conservação & Restauração, 2013, p.41).

3.2 Os usos do Palácio Imperial

Enquanto o palácio permanecia fechado em Petrópolis, “precisava o Superintendente da Fazenda Imperial prover de meios os exilados, e foram sendo alugados trechos das terras e mesmo alguns prédios existentes ‘dentro da Quinta de S.M. o Imperador’” (O Museu Imperial, 1992, p.21).

O Palácio de veraneio de D. Pedro II, abrigou dois colégios, ambos de ordem religiosas, o primeiro para as irmãs do Notre Dame de Sion. Sabendo que o Palácio estaria vago, entram em contato com a Princesa Isabel e é feito um contrato de aluguel através do Superintendente da Fazenda, assinado em 15 de novembro de 1892, que funcionou até 1908. O segundo foi o Colégio São Vicente, que lá permaneceu de 1909 até 1938. Dentre esses alunos internos, estava Alcindo Sodrê, que viria a ser o primeiro diretor do Museu que ali seria anos depois instalado.

Na década de 1920, Alcindo Sodrê (...) propunha a criação de um Museu Nacional. Em seu discurso estava presente a preocupação em recolher, organizar e expor tudo o que estivesse relacionado a um passado, para ele, brilhante. A ideia era reconstituir a casa do velho imperador” (Heizer, 1994, p.19)

Em 1922, já vereador da Câmara Municipal de Petrópolis e médico conhecido na cidade, que Sodrê vê a possibilidade de tornar real o que sempre pensou sobre a casa dos Imperadores, a transformação do antigo palacete de verão do ex-Imperador num museu nacional, com o objetivo de poder expressar a vida brasileira sob o regime monárquico. Ao final da década de 1930, “a propriedade foi adquirida aos herdeiros do Imperador para nele ser instalado o Museu Imperial. Segundo Myriam Sepúlveda dos Santos era “a construção do Império pela República”, título

de artigo em que reflete sobre “a dupla personalidade dos museus: sua vocação de fazer história e seu pertencer à história” (Santos, 2009, p.115).

As narrativas históricas reconstróem o passado de diversas maneiras e, além disso, os museus apresentam uma singularidade importante nesse narrar, que é a presença dos objetos. A história tanto pode ser determinada por uma lógica intrínseca à narrativa e subordinar os objetos em sua apresentação, como pode construir um sentimento comum partilhado a partir dos objetos trabalhados (...) é preciso considerar que os artefatos são testemunhos do passado e, como tal, são portadores de uma história que antecede aqueles que o resgatam do contínuo da história.

Na realidade, o objetivo de Alcindo Sodr e era recriar um ambiente autêntico, priorizando os espaços da casa que eram formados por um conjunto de objetos e pertences que estariam envolvidos por um forte expressão simbólica, uma visão mais afeita aos conservadores do que aos modernistas (Santos, 2009, p.125) que   época representavam as duas correntes culturais do país na Segunda República.

3.3 O Museu Imperial

Com a concretiza o da “Era Vargas”, a partir dos anos 1930, sob o Estado Novo, o Império “já não era uma ameaça a ser combatida, mas um elemento simbólico a ser incorporado dentro dos novos traçados que se constituíam” (Santos, 2009, p.122). A proposta da cria o do museu a Getúlio Vargas concretizou-se com o Decreto-Lei n  2096 de 29 de março de 1940, com a finalidade de: preservar e expor o patrimônio cultural através de objetos e documentos que representam a História da Monarquia Brasileira, a história da cidade do Rio de Janeiro, assim como a cidade de Petrópolis (O Museu Imperial, 1992, p.26). O Museu representava a “proposta de preservar a memória do Império, durante um período em que intelectuais e políticos procuravam retraçar a no o de brasilidade” (Santos, 2009, p.116). Diversos setores da sociedade estavam,   época, empenhados na procura das origens da brasilidade e em consolidar os elementos que pudessem dar sentido ao povo brasileiro (Santos, 2009, p.118). Os museus cumprem essa proposta, pois além de “guardião[s] de bens culturais, ocupa[m] um lugar importante na vida social. Mais do que recolher, catalogar, conservar, interpretar e expor, deve[m] fazer pensar” (Heizer, 1994, p.8).

O MI foi inaugurado em 16 de março de 1943. Tem um núcleo central, composto pela residência do imperador e o anexo – transparecendo uma imagem de suntuosidade da corte. Pomba também presente nos outros ambientes, os salões de música e de jantar, o quarto de dormir, o gabinete do imperador e a sala do trono. As insígnias imperiais produzem enorme atração, e o cetro e a coroa exercem enorme fascínio nesse local que fala de um passado (que o visitante conhece) “no lugar onde ele realmente aconteceu” (Santos, 2009, p.125).

A residência de verão de D. Pedro II parece ter feito parte dos rituais do Império, e em todo o material do museu é ressaltada a sua condição de único edifício construído no país para ser a residência de um chefe de Estado (Santos, 2009, p.126). Um evidente símbolo da nobreza brasileira para os brasileiros, o MI foi abastecido também com outras peças das outras casas imperiais quando se tornou museu – os ambientes foram reconstruídos ao longo do tempo sem o objetivo de preservar inalterada a casa de campo do imperador. Interessava “recriar a imagem de uma época de luxo, elegância e distinção” (Santos, 2009, p.128). Os diretores do museu sempre deram destaque à recriação dos ambientes com objetos que tivessem forte conteúdo simbólico, criando “a fábula do Império (...) no sentido de preservar a ‘imagem’ em vez de o ‘retrato’ do Império” (Santos, 2009, p.128-9). Isso também fruto da percepção que esse modelo tinha enorme receptividade por parte do público.

O Museu foi constituído por decreto, e isso ajuda a explicar a formação de sua coleção. Foram mandados recolher ao Palácio de Petrópolis os objetos significativos e que representassem o período e os temas que se determinara enfocar. Muitos foram recolhidos de outras instituições governamentais – Museu Histórico Nacional, Biblioteca Nacional, Palácio do Itamaraty. Outros foram adquiridos de colecionadores privados ou mesmo em leilões (O Museu Imperial, 1992, p.28). Havia ainda outra parte doada por poderosas famílias cariocas, que tinham adquirido esses objetos em leilão e os retornam à instituição (Santos, 2009, p.132).

Atualmente, o museu abriga diferentes categorias de coleções. Segundo dados do livro *O Museu Imperial* (1992, p.29) são 7866 objetos catalogados, divididos nas categorias: alfaias (125), armaria (120), arneses (40), artesanato (39), cristais (565), diversos (441), esculturas (114), heráldica (32), iconografia – gravuras, desenhos aquarelas, guaches e estampas – (925), indumentária e acessórios (706),

insígnias (304), instrumentos musicais (10), mobiliário e acessórios (650), numismática (1785), ourivesaria (286), pinturas (268), porcelanas (997), prataria (395), sigilografia (48) e viaturas (16).

Há um acervo do Arquivo Histórico formado por arquivos privados que tem aproximadamente 100 mil documentos textuais. Esses arquivos pertenceram a personagens ilustres que participaram ativamente do regime “fornecendo, além de subsídios de caráter biográfico de seus titulares, valiosas informações para o estudo de aspectos da vida política e administrativa do País” (O Museu Imperial, 1992, p.30).

O Arquivo Histórico tem também uma fototeca com mais de 13 mil itens – originais e reproduções. A coleção que retrata a Família Imperial brasileira tem mais de 500 fotografias, muitas assinadas por artistas renomados: Otto Hess, Alberto Henschel, Pierre Petit, Jorge Henrique Papf, Numa Blanc Fils, Marc Ferrez entre outros. O acervo iconográfico tem ainda cerca de 2000 gravuras (Debret, Sisson, Boulanger e Rugendas entre os artistas) e mais de 500 mapas e plantas (cf. O Museu Imperial, 1992, p.30).

O objetos do museu (no caso desse trabalho, a carruagem, que analisaremos no próximo capítulo) levam o visitante a dois universos de significação: o seu mundo e o mundo da família imperial (Heizer, 1994, p.82). A ligação com suas raízes, não necessariamente de um passado perfeito, mas de um passado existente. Há um imaginário social que transporta o observador (através dos objetos expostos) a um mundo mais organizado do que o que habita.

4

A restauração da carruagem de gala de D. Pedro II

4.1

Os “patrimônios” do Museu Imperial

A palavra “patrimônio” é usada com frequência no cotidiano das pessoas, principalmente para aquelas ligadas à preservação da cultura de uma sociedade ou um país. Usa-se para patrimônios culturais – os materiais e os imateriais –, arquitetônicos, históricos, artísticos, etnográficos, ecológicos etc. Apesar de a maioria dos estudos afirmar que essa categoria se constituiu com a criação dos Estados nacionais, ao final do século XVIII, segundo José Reginaldo Santos Gonçalves, há um “caráter milenar” (2009, p.26) nesse conceito, não se pode compreendê-lo como produto da idade moderna. A modernidade ocidental apenas traçou contornos semânticos a uma categoria importante para a vida social e mesmo mental de qualquer coletividade humana – desde as sociedades tribais às do mundo clássico e medieval, desembarcando nas culturas modernas e contemporâneas (Gonçalves, 2009, p.25-6).

A noção de patrimônio normalmente confunde-se com a de propriedade, os bens materiais não são classificados como objetos separados dos seus donos.

Esses bens (...) nem sempre têm atributos estritamente utilitários. Em muitos casos servem a propósitos práticos, mas carregam, ao mesmo tempo, significados mágico-religiosos e sociais. Configuram aquilo que Marcel Mauss (1974) denominou “fatos sociais totais”. Tais bens são, simultaneamente, de natureza econômica, moral, religiosa, mágica, política jurídica, estética, psicológica e fisiológica. Constituem, de certo modo, extensões morais de seus proprietários, e estes, por sua vez, são partes inseparáveis de totalidades sociais e cósmicas que transcendem sua condição de indivíduos. (Gonçalves, 2009, p.27)

Como visto no capítulo anterior, o acervo do Museu Imperial, o objetivo da reunião de seu acervo está intimamente ligado à preservação da imagem da família real, principalmente do imperador. Assim, fazem parte de suas coleções, objetos que narram a vida de personagens na época e constituem o imaginário social dos que visitam o MI para conhecer e sentir seu próprio passado. São importantes “patrimônios” tanto da história do país quanto do sentimento de “ser brasileiro”.

Encontram-se, no acervo, itens significativos da imbricada relação entre objetos e seu proprietário (cf. O Museu Imperial, 1992): a coroa de dom Pedro II,

obra da ourivesaria brasileira fabricada especialmente para sua sagração e coroação, em 1841, que tem incrustadas os brilhantes e um fio de pérolas da coroa de seu pai; a própria coroa de D. Pedro I, feita para sua coroação, sem os brilhantes que foram transferidos para a coroa do filho; o primeiro telefone do Brasil, feito de madeira, metal, baquelite e porcelana – que simboliza a mania de dom Pedro II pelas novidades tecnológicas de seu tempo. Na Exposição da Filadélfia, nos Estados Unidos, em 1876, ele havia se encantado com a demonstração de Graham Bell e quando o testou exclamou a famosa frase: “Céus, isto fala!”; a Caneta da liberdade, a pena usada pela princesa Isabel para assinar a Lei Áurea, em 1888, de ouro 18 quilates com 27 diamantes; na sala de música, destaque para a harpa dourada francesa Pleyel Wolff e para a espineta – instrumento de cordas da família do cravo – que é a peça mais rara na sala de música. Datada de 1788, tem teclas de marfim e ébano e foi fabricada pelo mestre lisboeta Mathias Bosten. Um dos itens mais emblemáticos do acervo do MI é a Berlinda de Aparato de Dom Pedro II, carruagem usada pelo imperador em eventos de gala, conforme a Figura 1 apresentada a seguir.



Figura 1 – última aparição oficial da Berlinda de Aparato, em 3 de maio de 1988. Foto de Marc Ferrez. Fotografia: acervo do Museu Imperial/IBRAM/MinC. Fonte: livro *Conservação & Restauração*, 2013, p.21.

O transporte humano é sempre objeto de destaque em museus, exerce fascínio sobre os visitantes. Suas descrições são sempre recheadas de destaque na literatura. Charles Dunlop no livro *Os meios de transporte do Rio Antigo*, faz a seguinte descrição desses transportes na corte imperial brasileira:

Os coches e as carruagens eram riquíssimas viaturas de quatro rodas, destinadas à condução de pessoas da corte, das grandes personagens da justiça e o conselho da coroa e, por tolerância de alguns abastados sem nobreza. Havia-os dos tipos mais luxuosos e variados, tirados até por oito cavalos, boleia elevada, com lanternas de cristal, almofadões de seda e brocados ricos, estribeiras de acesso ou escadinhas de armar e pintura extravagante nas portinholas. O cocheiro e os trintanários vestiam esquisitas librés, agaloadas e geralmente vermelhas. (1972, p.23)

A carruagem de gala de D. Pedro II é mais conhecida como “Carruagem Cor de Cana”, porque sua pintura é de “cor de cana madura”, conforme Figura 2 exposta a seguir. Tem grande relevância no contexto cultural e histórico do país. Enquanto veículo, representou exatamente a transição do transporte de tração animal, que vinha sendo usado desde a antiguidade. Antes do surgimento do carro a motor, ainda era novidade a tecnologia de fabricação dessa carruagem, que materializava as primeiras conquistas da Revolução Industrial o emprego de estruturas de ferro e aço. Sua relevância cultural permanecia na memória do povo: a carruagem participou de todas as principais cerimônias públicas do 2º Reinado, desde a coroação do imperador – era praticamente um símbolo do poder imperial (Conservação & Restauração, 2013, p.41-2).



Figura 2 – A carruagem cor de cana. Vista da lateral direita e da parte do alçado dianteiro.
Fonte: livro *Conservação & Restauração*, 2013, p.61.

A doação ao MI e o conseqüente retorno ao Brasil da carruagem começaram a viabilizar-se em 14 de fevereiro de 1941, em carta enviada pelo Príncipe D. Pedro Gastão ao presidente da República que indicava o desejo dos herdeiros da família imperial em que o objeto fizesse parte do acervo do patrimônio histórico brasileiro. Entretanto a ocupação nazista na França atrasou os trâmites legais, com a adesão do Brasil aos países aliados. Ao final da guerra, ficam restabelecidas as negociações diplomáticas com a França e retoma-se a ideia de repatriar a carruagem (Conservação & Restauração, 2013, p.44).

Após cumpridos todos os trâmites burocráticos e superados os entraves, ocorreu a liberação do contêiner – que trazia ainda da França outros objetos que haviam sido enviados ao Castelo D’Eu – que foi embarcado em Havre, no vapor Barroso, do Lloyd Brasileiro em fevereiro de 1948. Chegou ao Brasil em março do mesmo ano, e foi levada a Petrópolis. Lá passou por um processo de higienização e foi colocada na Sala das Carruagens no MI, especialmente adaptada num prédio anexo ao palácio (cf. *Conservação & Restauração*, 2013, p.45).

Em março de 2011 iniciou-se a restauração da carruagem de D. Pedro II e todo o processo ocorreu em uma sala de vidro no próprio Museu, permitindo que o

público o acompanhasse a evolução do trabalho dos técnicos. Esse projeto foi um dos maiores sucessos do Museu.

4.2 O processo de restauração da carruagem

A berlinda, como são nominados os coches do tipo que o imperador possuía, é trabalhada em madeira e ferro com ornamentos em prata, ouro e delicadas pinturas, com janelas de cristal e assentos em veludo. O veículo era movido a oito cavalos. Foi construída pela firma britânica Pearce & Countz, fornecedora da Casa Real Inglesa, especialmente para a cerimônia de sagração e coroação de d. Pedro II, ocorrida no dia 18 de julho de 1841.

A berlinda nunca passou por um processo de restauro tão completo na sua história. Além de resgatar a beleza da obra, a intervenção realizada pelos profissionais permitiu aprofundar os estudos sobre os métodos de sua manufatura. De acordo com o Museu, foram encontradas as marcas dos artesãos que trabalharam na construção da carruagem. Segundo os estudos, ferreiros, marceneiros e bordadeiros participaram da montagem da peça, concluída em 1835 (O GLOBO, ed. 5 janeiro 2013). De acordo com a coordenadora do projeto de restauração e responsável pelo Laboratório de Conservação e Restauração do Museu, Eliane Zanatta,

O trabalho de conservação e restauração da berlinda do imperador d. Pedro II foi elaborado a partir de um projeto de pesquisa minucioso e detalhado, sobre a história da berlinda, bem como o contexto histórico, social, político e cultural em que ela se insere. (...) [Participaram] biólogos, conservadores, engenheiros, historiadores e historiadores da arte, restauradores e ainda profissionais artesãos especialistas em metais e bordados da comunidade petropolitana, cujo trabalho constitui uma raridade nos dias atuais. (O GLOBO, ed. 5 janeiro 2013)

Foram necessários 2 anos para a sua completa restauração, um trabalho complexo pelo caráter único e histórico da peça. As intervenções sempre foram precedidas de “análises laboratoriais, testes físicos, químicos e biológicos, com o propósito de obter uma maior compreensão e respeito pelos objetos, requisito essencial quando se trata de bens culturais, que leva a posturas verdadeiramente conservativas” (Conservação & Restauração, 2013, p.17).

O processo foi todo documentado, conforme figuras 3 e 4, a seguir apresentadas.

DIMENSÕES / DIMENSIONS

GERAL / GENERAL

Comprimento total sem timão / Total length without steering wheel:	5,10m
Altura da caixa (a partir do chão) / Box height (from the ground):	2,45m
Altura máxima (boleia) / Maximum height (coachbox):	2,39m
Altura do alçado traseiro / Back lift height:	1,84m
Largura dianteira / Frontside width:	1,80m
Largura traseira / Backside width:	1,92m

RODAS / WHEELS

	Diâmetro rodas Wheels diameter	Circunferência calotas Calottes circumference	Profundidade calota Calotte depth	Altura eixo Axis height
Dianteira esquerda / Left front:	0,99m	0,62m	0,11m	0,42m
Dianteira direita / Right front:	0,99m	0,62m	0,11m	
Traseira esquerda / Left rear:	1,39m	0,62m	0,11m	0,42m
Traseira direita / Right rear:	1,39m	0,62m	0,11m	

ALÇADOS / LIFT

	DIANTEIRO / FRONT	TRASEIRO / REAR
Para-lama / Bumper:	0,64m x 0,995m	
Tábua de pisar / Plank:		0,64m x 0,995m,07m
Largura do braço da roda de direção Wheel's arm width:	1,78m	
Diâmetro da roda de direção Wheel diameter:	0,70m	
Assento da boleia / Coachbox seat:		
Profundidade central / Central depth:	0,73m	
Profundidades laterais / Side depth:	0,84m	
Largura posterior / Back depth:	1,20m	
Comprimento mola elíptica / Elliptical spreing length:	1,07m	1,07m
Molas em C / Springs in C:		
Altura / Height:	0,85m	0,80m
Extensão curvatura / Curvature extension:	1,92m	1,92m

CAIXA (EXTERIOR) / BOX (EXTERIOR)

Altura / Height:	1,53m	Altura do persevão ao tejadilho / Height of the footrest to the roof:	1,39m
Largura dianteira / Frontside width:	1,16m	Altura dos bancos / Seats height:	0,30m
Largura central / Entral width:	1,42m	altura encosto / lean height: 0,64m	
Largura traseira / Backside width:	1,17m	profundidade / dept: 0,545m	
Comprimento superior da caixa / Superior Length:	2,04m	Banco dianteiro / Front seat:	altura encosto / lean height: 0,65m
Portinhola direita / Right port:	1,27m x 0,63m	profundidade / dept: 0,535m	
Portinhola esquerda / Left port:	1,27m x 0,63m	largura anterior / previous width: 1,20m	
		largura posterior / posterior width: 1,03m	
Maçaneta/Knob:	altura / height: 0,09m largura / width: 18,5m profundidade / depth: 0,07m	Banco traseiro / Back seat:	altura encosto / lean height: 0,65m
		profundidade / dept: 0,535m	
		largura posterior / posterior width: 1,03m	
Altura central do fundo da caixa ao chão / Central height from the bottom of the box to the ground:	0,89m	Espaço entre os bancos / Space between the seats:	0,05m
		Largura interna persevão / Internal footrest width:	1,01m

ESCADA DE ARMAR / ASSEMBLE STAIRS

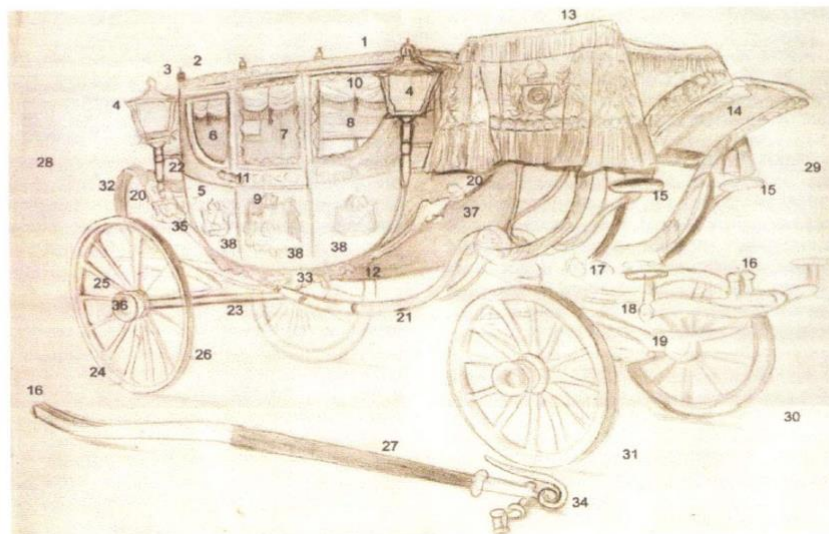
Largura superior / Superior height:	0,37m
Degrau central / Central step:	0,31m x 0,37m
Degrau inferior / Inferior step:	0,25m x 0,25m

TIMÃO / STEERING WHEEL

Comprimento / Length:	3,5m
Altura máxima / Maximum height:	0,19m
Espessura do engate / Interlock thickness:	0,08m x 0,11m
Parte revestida de couro: circunferência / Leather covered part: circumference:	0,33m
Adorno em prata (completo) / Adornments in silver (complete):	0,28m
Parte faltante: (sete folhas duplas mais uma de arremate) / Missing part: (seven double sheets more one ending)	0,175m
Altura da ponteira / Crampon height:	0,415m
Circunferência do varal junto à ponteira / Circumference of the batten together with the crampon:	0,19m

Figura 3 – Ficha técnica com dimensões dos componentes da carruagem. Fonte: livro Conservação & Restauração, 2013, p.66.

II.1 - ESQUEMA GRÁFICO / GRAPHIC DIAGRAM



- | | |
|---|---|
| 1. Tejadilho / Roof | 20. Correias / Belts |
| 2. Pináculos / Pinnacles | 21. Flecha / Arrow |
| 3. Varanda / Balcony | 22. Tábua de pisar / Plank |
| 4. Lanterna / Flashlights | 23. Eixo / Axis |
| 5. Caixa / Box | 24. Pina / Pine |
| 6. Postigo encaixilhado / Shaped Shutters | 25. Raio / Bolt |
| 7. Postiguinho / Small Shutters | 26. Camba / Bend |
| 8. Estore / Blinds | 27. Timão / Helm |
| 9. Portinhola / Ports | 28. Traseira / Back |
| 10. Sanefa / Fringes | 29. Dianteira / Front |
| 11. Maçaneta / Knob | 30. Esquerda / Left |
| 12. Persevão / Coach's floor | 31. Direita / Right |
| 13. Boléia / Driver's seat | 32. Mola em C / Spring in C |
| 14. Para-lama / Bumper | 33. Varal / Batten |
| 15. Estribos / Stirrup | 34. Ponteira / Crampon |
| 16. Engate / Coupling | 35. Fivela / Buckle |
| 17. Roda de direção / Steering wheel | 36. Calota / Calotte |
| 18. Suspensão / Suspension | 37. Guarda / Guard |
| 19. Mola elíptica / Elliptical spring | 38. Painéis com as Armas Imperiais / Panels with Imperial weapons |

Figura 4 – Esquema gráfico da carruagem. Fonte: livro *Conservação & Restauração*, 2013, p.67.

Como metodologia para o trabalho de restauração, foram realizados estudos bibliográficos, documentais e iconográficos, necessários para o embasamento teórico do procedimento da recuperação do objeto museológico. As pesquisas “foram de tipo exploratório, reunindo variadas formas de atuação: empírica, teórica e histórica” *Conservação & Restauração*, 2013, p.76). O critério norteador de todas as intervenções foi o histórico, que respeitava, ao máximo, a integridade e a legibilidade do objeto, preservando também as marcas de seu uso, afinal, era um objeto utilitário. A fundamentação metodológica e critérios éticos estavam embasados em preceitos aceitos

pela comunidade internacional, especialmente a Teoria de Restauração de Cesare Brandi (1963) e a *Carta do Restauro de 1972* Conservação & Restauração, 2013, p.76).

Aos exames técnicos que precederam o início dos trabalhos, para determinar as intervenções necessárias, seguiu-se o processo de restabelecer as integridades física, estrutural e estéticas da berlinda, em um meticuloso trabalho de variadas equipes técnicas. Evidentemente, as partes em madeira, ferro e aço, sem contar os materiais nobres – prata e ouro – eram as mais bem conservadas. Os têxteis foram a parte mais afetada pela deterioração. As peças perdidas foram refeitas – havia registro fotográfico que permitia identificá-las.

Concluindo o processo, foram realizados testes físicos, químicos e microbióticos ao final do processo, com instituições públicas parceiras. A microbiologia e a bioquímica são essenciais para a conservação de acervos. A partir dessas análises também foram consideradas as condições do salão onde voltou a ser exposta, para garantir as condições ideais.

Com os trabalhos dos profissionais da unidade museológica foi possível reavivar a fama dessa admirável peça do Segundo Reinado, no intuito de que as gerações de hoje e de amanhã tivessem acesso e direito ao patrimônio cultural nacional brasileiro. A carruagem constitui-se um representante cultural evocativo da memória do patrimônio nacional (Conservação & Restauração, 2013, p.11).

4.3

A importância da restauração como patrimônio

Historiadores como Jacques Le Goff (1990), Michael Pollak (1989 e 1992) e Pedro Funari e Sandra Pellegrini (2009) tem abordado a importância da preservação do patrimônio histórico, que pode ser associado à memória coletiva ou individual, já que é pela memória que podemos compreender o passado e o comportamento de grupos sociais, de uma cidade ou mesmo de uma nação. O avivamento da memória (com o resgate de suas raízes) também contribui para a formação da identidade – a formação cultural e econômica de um povo.

A preservação do patrimônio de uma cultura é fundamental para a sobrevivência dessa cultura. Com ações responsáveis, promove-se a manutenção do conjunto de significados, mensagens, registros históricos de um povo, refletindo suas ideias, crenças, gostos estéticos, conhecimentos científicos etc. A integridade

dos bens patrimoniais demonstra o respeito tanto do Estado quanto de seus cidadãos por sua história, pela sua própria constituição (Conservação & Restauração, 2013, p.146).

As narrativas históricas reconstróem o passado de diferentes maneiras e os objetos ajudam a contar essa história, eles são testemunhas deste passado, embora não pertençam mais à vida cotidiana no momento em que passam a habitar os museus. Mas são eles que vão conduzir as narrativas pretendidas (Santos, 2003, p.115). Mesmo uma única cultura tem diferentes perspectivas narrativas e preservá-las é parte de um processo de autoconhecimento e reconhecimento do passado que a formou.

A Constituição Federal de 1988 afirma que o Poder Público, com a colaboração da comunidade, deve promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, através de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. Outro importante meio de resguardar os bens é através da educação patrimonial, que se baseia numa ação educativa que visa difundir o conhecimento sobre o patrimônio, a fim de fomentar sua valorização e preservação através da apropriação. É importante sensibilizar e conscientizar porque e como preservar o patrimônio. Isso deve e pode ser realizado através de políticas públicas que envolvam as comunidades e os agentes que se relacionam com os bens portadores da memória coletiva e da identidade cultural dos mais diferentes grupos sociais (Funari; Pellegrini, 2006).

Assim, há processos ou etapas que se revelam importantes de serem aqui salientados, demonstrando, mais uma vez, o quanto a restauração da berlinda de D. Pedro II, que pôde ser acompanhada pelos visitantes do Museu Imperial, foi importante instrumento educativo. A educação patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural”, possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo em que está inserido, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal percorrida. O inventário é uma etapa de trabalho que implica na execução de pesquisa de campo e documental. Tem por objetivo uma aproximação, levantamento, coleta de dados e descrição do objeto pesquisado. É um instrumento de conhecimento e preservação tanto das características físicas quanto culturais. O Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) é uma metodologia de pesquisa desenvolvida pelo Iphan para produzir conhecimento sobre os domínios

da vida social aos quais são atribuídos sentidos e valores, que constituem marcos e referências de identidade para algum grupo social. Outro processo é o registro dos dados obtidos, com a catalogação e documentação das principais características, tanto físicas quanto culturais, para que posteriormente possa ser salvaguardado. A salvaguarda de um bem cultural – que pode ser também de natureza imaterial – apoia sua continuidade de modo sustentável, objetivando melhorar as condições sociais e materiais de sua transmissão e reprodução. As etapas de inventário e registro, o conhecimento gerado durante esses processos, são o que permite identificar as formas mais adequadas de salvaguarda (Horta; Monteiro; Grumberg, 1999). Foi um seminário realizado no Museu Imperial sobre o tema do uso educacional dos museus que cunhou o conceito de “educação patrimonial” e lançou as bases de sua metodologia (Barreto, 2006, p. 223).

Os museus brasileiros já vêm dando ênfase aos aspectos educativos em suas áreas de atuação há bastante tempo (há registros de debates desde a década de 1950), investindo principalmente em parcerias escolares (o ensino regular) e com organismos internacionais, como a Unesco (Knauss, 2011, p. 593-4). A partir dos anos 1980 o debate sobre o sentido do trabalho educacional nos museus ganha novas perspectivas, indicando o protagonismo dos museus nas relações com as escolas, não são complemento – do ponto de vista metodológico o uso dos bens culturais passa a ser visto como “recurso didático, [que] por meio da análise das vivências do passado deviam conduzir o entendimento do presente para pensar criticamente o futuro” (Knauss, 2011, p. 595).

Eis aí importante aspecto a considerar: a preservação do patrimônio como caminho para o futuro de uma cultura. É importante reafirmar a educação patrimonial para que a preservação da cultura esteja protegida. Os objetos preservados não só indicam uma realidade de preservação do aspecto formal, mas também do contexto semântico em que estavam inseridos. São as várias leituras que os objetos vão possibilitar, são elas que trazem significado ao processo de preservação e restauração (Knauss, 2011, p.595-6).

5 Conclusão

Este trabalho, especialmente o tema da “restauração” surgiu em virtude do trabalho de guia de turismo, que exerço já há alguns anos no Rio de Janeiro. O público que faz as visitas que acompanho no Museu Imperial de Petrópolis é um público mais específico e de diferentes nacionalidades, com a curiosidade de conhecer mais sobre o Brasil e seu povo. Assim, desenvolver a pesquisa possibilitou refletir sobre todos os aspectos que envolvem os objetos dos museus. E como tanto significam para a cultura de um país. Com eles, reconto nossa história e eles “re”vivem um tempo que somente seus antepassados poderiam ter vivido.

No primeiro capítulo, apresentou-se uma narrativa de um Brasil que se transforma de colônia – e de como o Rei de Portugal vê nessa colônia uma oportunidade de dar continuidade ao seu Império – em sede da corte portuguesa e depois em Império independente. A cidade do Rio de Janeiro teve de incorporar quase 20% a mais de pessoas em uma estrutura semiurbana que não estava preparada para isso. Vimos as transformações da metrópole e os acontecimentos políticos durante os dois reinados e nos detivemos, ao final, nas residências dos imperadores pelo interesse em observar o processo por que passaram com o exílio de todos os seus proprietários – os últimos foram D. Pedro II e seus familiares. A proclamação da República pelos militares, encabeçada pelo Marechal Deodoro da Fonseca, trouxe um certo “exílio temporário” também para estes espaços que efetivamente eram a presença concreta da realeza brasileira em suas terras.

No terceiro capítulo pudemos observar as negociações e processos que transformaram um dos palácios em museu, após mais de 50 anos da instituição do regime republicano no país. Foi necessário esse tempo para que o temor de uma volta da monarquia fosse dissipado da cabeça dos governantes. Foi Getúlio Vargas quem aceitou a proposta de transformar o palácio de verão de D. Pedro II em Petrópolis. O retorno dos bens que haviam sido enviados para Paris e a reorganização dos que aqui permaneceram guardados vão culminar com a transformação da casa de veraneio em Museu Imperial.

No quarto capítulo, nos fixamos na carruagem de gala do imperador porque, afora sua importância como objeto simbólico de uma realeza do país – afinal, era ela que o povo via nas ruas e não as pratarias que serviam o palácio, ou os vasos de

porcelana francesa Sèvres na entrada do palácio – seu o projeto de restauro representou um importante processo do que se pode chamar educação patrimonial. Esse trabalho permitiu conhecermos a grandiosidade que ela representou durante o período monárquico. Ficaram visíveis o requinte de sua decoração, as ligas metálicas, a maioria composta de prata, madeira entalhada dourada, pinturas e bordados artísticos simbolizando o império. Na verdade, toda ela, dos arreios, adornos e emblemas à sua pintura característica simbolizava o Império.

A restauração foi feita em tempo real, possibilitando que os visitantes do MI, principalmente os jovens e as crianças observassem como eram feitos os procedimentos para recuperação. Ao mesmo tempo, a carruagem entrava no seu imaginário, de um tempo que não vivenciaram e só conheciam por livros de história (ou de contos de fadas!).

Vistos os principais aspectos da restauração, apresentamos brevemente a importância que representa o patrimônio histórico de uma cultura para a sua preservação – e principalmente para a sua manutenção e sobrevivência. Demos algumas pinceladas que mostram que os museus podem fazer parte dos processos educacionais e se tornarem recurso didático dos mais eficientes. Ao mesmo tempo, educar os jovens para que percebam que em sua própria história – que devem guardar, manter e se necessário restaurar – está o seu futuro e que é nas narrativas que podem ser conduzidas pelos objetos preservados que encontraremos identidade como povo e cidadãos. A reconstrução do passado exatamente como ele foi é impossível, mas há representações capazes de nos fazer perceber o quão importante ele foi (e ainda é). A carruagem cor de cana pode ser uma dessas representações, por isso a colocamos na cena deste trabalho.

6

Referências bibliográficas

ALENCASTRO, Luis Felipe de (org.). Império: a corte e a modernidade nacional. In: NOVAIS, Fernando A. (coord.) **História da vida privada no Brasil**. v.2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

BARRETO, Maria de Lourdes Horta. Lições das coisas: o enigma e o desafio da educação patrimonial. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n.31, p. 221-33, 2006.

CALMON, Pedro. **O Rei Cavaleiro**. 6.ed. São Paulo: Edição Saraiva, 1950.

_____. **História de D. Pedro II**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1975.

CARVALHO, José Murilo de. **A monarquia brasileira**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1993.

CARVALHO, José Murilo de. **D. Pedro II: ser ou não ser**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CONSERVAÇÃO & RESTAURAÇÃO. **A Berlinda de Aparato do Imperador D. Pedro II**. Ministério da Cultura, 2013.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999.

DAIBERT, André Barcelos Damasceno. **História do Turismo em Petrópolis entre 1900 e 1930**. Dissertação de mestrado apresentada ao CPDOC – Programa de Pós-graduação em História, Política e Bens Culturais da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2010.

DUNLOP, Charles. **Os meios de transporte do Rio Antigo**. Brasília: Ministério dos Transportes - Serviço de Documentação, 1972.

ELLIS, Myriam et al. Brasil monárquico: declínio e queda do império. v.2. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da civilização brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

FUNARI, P. P.; PELEGRINI, S. C. A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Patrimônio, natureza e cultura. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil Imperial**. 1808-1831, volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

HEIZER, Alda Lúcia. **Uma casa exemplar**. Pedagogia, memória e identidade no Museu Imperial de Petrópolis. Dissertação de Mestrado. Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1994.

HORTA, Matia de Lourdes Pareiras; MONTEIRO, Adriane Queiroz; GRUMBERG, Evelina. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN, 1999.

KNAUSS, Paulo. A presença e estudantes: o encontro de museus e escolas no Brasil a partir da década de 50 do século XX. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v.27, n.46, p. 581-597, jul/dez 2011.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

O GLOBO. Jornal. Edição 5 jan 2013. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/bairros/berlinda-de-pedro-ii-restaurada-em-museu-7194952> Acesso em: 4 nov 2019.

O MUSEU IMPERIAL. São Paulo: Banco Safra, 1992.

PEDREIRA, Jorge; COSTA, Fernando Dores. **D. João VI: um príncipe entre dois continentes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

POLLACK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.5.n.10, p.200-212, 1992.

SANTOS, Myriam Sepúlveda dos Santos. Museu Imperial: a construção do Império pela República. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

SCHULTZ, Kirsten. **Versalhes Tropical**. Império, monarquia e a corte real portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SCHWARCZ, Lilia M. **As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca dos trópicos**. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VIANA, Hélio. **História do Brasil: período colonial, monarquia e república**. 15.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1994.